

Coluna do Castello

À espera do novo pacote econômico

A véspera do anúncio de um novo pacote econômico é sempre muito excitante dentro e fora do governo. Fora, o pregão nas bolsas de valores registra um certo nervosismo, altera-se a cotação do dólar no câmbio paralelo, o comércio remarca seus preços para prevenir a eventualidade de um novo congelamento e os sindicatos se agitam com a perspectiva de greves para todos os gostos. A excitação não é menor nos gabinetes refrigerados da República, em Brasília.

Os ministros da área política engatilham argumentos para abater duras medidas de contenção de despesas. Mobilizam aliados entre senadores, deputados e governadores. Os ministros da área econômica se estafam para compor um elenco de propostas coerentes e que alcance os objetivos perseguidos. Todos eles, ministros de uma área e da outra, apostam na prevalência dos seus sobre os pontos de vista dos adversários, e aguardam, ansiosos, uma decisão do presidente da República.

Que fará Sarney dessa vez? Premiará com seu consentimento os inspiradores da política *feijão com arroz*, adotando as providências que animam as centrais dos trabalhadores a sonhar com a quimera de uma greve geral que paralise o país de uma ponta à outra? Ou preferirá ouvir os que insistirão na prioridade de se continuar atendendo, seletivamente, as lideranças capazes de dar sustentação política ao governo? É sempre muito excitante uma ocasião como essa.

O comportamento habitual do presidente leva a excitação ao paroxismo. No último fim de semana de fevereiro passado, por exemplo, os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista Abreu acertaram as últimas dobras do pacote que deveria ser desembrulhado na segunda-feira, dia 29. Nesse dia, pela manhã, saíram alegres como crianças de uma reunião com Sarney no Palácio do Planalto. Ele concordara com o pacote que extinguiu a URP para o funcionalismo público.

— O presidente topou, topou — comemorou Mailson, entre assessores no Ministério da Fazenda. Sarney pedira, apenas, que Mailson e João Batista apresentassem o pacote aos ministros do Trabalho, da Administração e do Estado-Maior das Forças Armadas antes de torná-lo público. Assim foi feito no final da tarde daquele dia no amplo gabinete do ministro do Planejamento. A extinção da URP empacou na resistência do Brigadeiro Camarinha. Mailson e João Batista retornaram à presença de Sarney, abatidos.

Os militares exigiam que mais gente pagasse a conta do déficit fiscal, contaram os ministros ao presidente. “Não tem problema. Incluem aí o Legislativo e o Judiciá-

rio”, tranquilizou-os Sarney. “Vou procurar os outros ministros militares, mas só para informá-los sobre as medidas.” Ao meio-dia da terça-feira, Mailson e João Batista souberam que o presidente assinaria à tarde os decretos que viabilizariam o pacote. “Agora, vai mesmo”, exultou o ministro da Fazenda.

Não foi. Reunidos no final do dia com Sarney no Palácio do Planalto, Mailson e João Batista testemunharam, por mais de meia hora, a um espetáculo de indecisão presidencial explícita. Houve instantes de completo silêncio no gabinete. Aflitos, os dois ministros esperavam. Os decretos estavam ali, sobre a mesa de trabalho de Sarney, em estado de repouso. O presidente os manuseava de vez em quando. Soltava-os, de repente, como se aquelas folhas de papel lhe queimassem os dedos.

— O Camarinha não manda nada. Assine, presidente — estimulava o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, outro privilegiado espectador da cena. Sarney sacou da caneta mas estancou em seguida. Rolou-a entre os dedos. Desistiu de assinar os decretos. Quando Mailson e João Batista, já de pé, se dirigiam para a porta de saída do gabinete, Sarney chamou-os de volta. A esperança iluminou o espírito de Mailson. Mas logo se apagou.

— Vamos convocar uma reunião do CDE para discutir as medidas — determinou o presidente. CDE é o Conselho de Desenvolvimento Econômico, órgão de consulta do presidente integrado por uma dezena de ministros. Nele, o brigadeiro Camarinha encontrou sólidos seguidores para bloquear o pacote que hoje ou amanhã se oferecerá, uma vez mais, à assinatura do presidente. Sarney o avalizará, finalmente? Acatará todas as suas dobras ou somente algumas? Quem influenciará mais a decisão presidencial: os ministros da área política ou os autores do pacote?

Não é excitante? Às vésperas do anúncio, ninguém dentro do governo se arrisca a especular sobre seu conteúdo final — nem mesmo sobre seu anúncio propriamente dito. A lógica indica que ele virá e que deverá ser muito forte. Mas a história, até aqui, da administração de Sarney prova que a lógica orienta poucos dos seus passos.

Limpeza

Providenciou-se, em fevereiro último, o afastamento dos maus fluidos que porventura estivessem carregando demais o ambiente do Palácio da Alvorada. Apelou-se para um padre de uma paróquia do Lago Sul de Brasília, o único autorizado à prática do exorcismo. Um padre carioca, de passagem pela cidade, deu conta do serviço. Era mais credenciado. Deu certo, pelo visto. O nome do padre carioca é Inocêncio. O de Brasília, Jaime.

Ricardo Noblat (interino)